



JUSTIÇA, ENFIM: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E RELAÇÃO DE GÊNERO NO JORNAL DA CONSTITUINTE

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4140

Edna Aparecida Ferreira Benedicto, UFGD

Resumo

O objetivo deste trabalho refere-se a algumas representações da mulher que são encontradas no Jornal da Constituinte que circulou nos anos de 1987 e 1988. Nesse período as imagens estereotipadas acerca do sexo feminino estavam sendo colocadas em cheque tanto pelos movimentos feministas, como pelos tratados internacionais e pelo amplo debate sobre a condição da mulher diante dos acontecimentos que circundavam o processo de redemocratização do país. No período em que o Brasil reformulava sua mais nova constituição, a Constituição Cidadã, o Congresso Nacional criou um mecanismo de circulação de informação: o Jornal da Constituinte. O jornal deu voz a vários sujeitos históricos e se referiu igualmente a muitos deles como sendo de fundamental importância no processo de construção da cidadania brasileira, que renascia sobre uma nova roupagem. Entre esses diferentes sujeitos históricos estavam às mulheres que tanto escreveram sobre si e sua condição de mulher quanto foram citadas por vários parlamentares masculinos. O principal foco da investigação e das análises será direcionado, portanto, a essa documentação, escrita em sua maioria por homens, em que procuramos entender quem é o sujeito de direito mulher a que se refere, tantas vezes, os autores/as dos textos e como o jornal contribui na discussão sobre as relações de gênero e o papel a ser desempenhado pela mulher na sociedade democrática.

Palavras Chave:

Mulher. Relação de Gênero. Sujeito de Direito. Jornal da Constituinte.

Introdução

No ano de 1987 a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) criou um veículo semanal de informação, com o objetivo de ser um meio de comunicação alternativo aos meios de comunicação comercial: o *Jornal da Constituinte*.

O jornal pretendia ser um canal de expressão dos diferentes sujeitos históricos, considerados de fundamental importância no processo de ampliação das categorias consideradas cidadãs. Entre esses diferentes sujeitos históricos estavam às mulheres que tanto escreveram sobre si e sua condição de mulher quanto foram citadas por vários parlamentares masculinos no jornal.

Estudar a forma como a mulher e a relação de gênero foi representada, pensada e debatida nos espaços de poder legalmente constituídos, como é o caso do JC e dos debates na Assembleia Nacional Constituinte, nos ajuda a conhecer um pouco mais sobre como a mulher foi se construindo seu reconhecimento como sujeito de direito no debate público e o entendimento que os legisladores tinham de relações de gênero.

O objetivo deste trabalho refere-se a algumas representações da mulher que são encontradas no *Jornal da Constituinte* que circulou nos anos de 1987 e 1988. Nesse período as imagens estereotipadas acerca do sexo feminino estavam sendo colocadas em cheque tanto pelos movimentos feministas, como pelos tratados internacionais e pelo amplo debate sobre a condição da mulher diante dos acontecimentos que circundavam o processo de redemocratização do país.

O principal foco da investigação e das análises será direcionado, portanto, a essa documentação, escrita em sua maioria por homens, em que procuramos entender quem é o sujeito de direito “mulher” a que se refere, tantas vezes, os autores/as dos textos e como o jornal contribui na discussão sobre as relações de gênero e o

papel a ser desempenhado pela mulher na sociedade democrática.

Antecedentes: a mulher entra definitivamente no debate público

O período que se inicia a partir do ano de 1975 e vai até os anos finais da década de 1989 foi marcado pela intensificação dos movimentos feministas e de mulheres. No ano de 1975 com o patrocínio da ONU surgem os primeiros grupos que darão origem ao feminismo contemporâneo. A ONU declara 1975 o Ano Internacional da Mulher. A Igreja Católica, por meio das CEBs funda o Centro da Mulher Brasileira e o Centro do Desenvolvimento da Mulher Paulista. Nas academias muitas obras são publicadas e estudos realizados (MURARO, 1985).

Durante o período, foram colocados em xeque os conceitos de moralidade e comportamento social. O mundo ocidental vive uma efervescência política e cultural desde os anos finais da década de 1960. Uma nova geração se posiciona e dá início a exposição das contradições e questionamentos dos costumes e ideais propagados, não tanto do ponto de vista político, mas dos valores conservadores da organização social: as relações de poder e a hierarquia no âmbito público e privado que foram desafiados.

Os movimentos *beatnik* e *hippie* nos Estados Unidos e o maio de 1968, em Paris são as expressões mais fortes de uma nova geração, nascida durante, ou mesmo após, a Segunda Guerra Mundial, que buscava espaço no mundo público, combatendo os cânones tanto da defesa do capitalismo norte-americano como do sonho socialista (PINTO, 2003, p. 42).

Outros fatores contribuíram no processo de transformação da condição da mulher: aumento da escolaridade, maior inserção da mulher no mundo do trabalho, revolução sexual pela propagação dos métodos contraceptivos.

A ditadura militar havia mandado para o exílio muitos dos que questionavam ou se opunha ao seu governo. Alguns exilados foram para os Estados Unidos da América e outros foram para a Europa e lá entraram em contato com a revolução de costumes que já estavam se manifestando e questionando a condição da mulher na sociedade e os papéis sociais femininos e masculinos, o que levou a intensificação do movimento feminista nesses países. No Brasil, depois da lei de Anistia, muitas mulheres exiladas retornam e iniciam a formação de movimentos que Pinto (2003) chama de Novo Feminismo.

Um pouco antes, mulheres organizadas em grupos privados, como é o caso do grupo liderado pela advogada Rommy Medeiros, por meio do Conselho Nacional da Mulher lutavam por iniciativas institucionais em prol da mulher. Ao longo dos anos de 1950 foi incessante a luta da organização junto ao Congresso Nacional pelos direitos das mulheres casadas, que de acordo com a Constituição e conforme Capítulo II: Dos Direitos e Deveres do Marido, do Código Civil, vigente na época, a mulher era considerada relativamente incapaz de exercer sua cidadania plena, era controlado pelos maridos, a quem deveria pedir a permissão para trabalhar ou viajar.

Muda essa condição da mulher a aprovação do Estatuto da Mulher Casada de 1962, que modificou radicalmente a posição da mulher casada no Brasil, elevando essa categoria de mulheres a um novo *status* jurídico e social, sobretudo dentro da família, deixando de estarem sob o poder do *pater famílias*, passando a ser considerada uma “colaboradora” do

marido.

Em relato apresentado por Rosie Marie Muraro, uma das precursoras do Novo Feminismo, aponta que os debates sobre a condição da mulher no Brasil teve início a partir da publicação de obras escritas por mulheres expondo seus pontos de vista sobre os problemas, como por exemplo, Carmem da Silva (Abril-*Revista Cláudia*; Coluna: *A arte de Ser Mulher*), Heloneida Studart (Bloch), Helieth Saffioti com a publicação do livro *Mulher na Sociedade de Classe*, Romy Medeiros e Zuzu Angel.

O clima do debate se torna mais intenso após a publicação do livro *A Mística Feminina* e a vinda de sua autora, a feminista norte americana Beth Friedan para o Brasil, no ano de 1971. Após Friedan ter dado entrevista ao *Pasquim*, com o intuito de divulgar o evento toda a mídia brasileira se voltou para o acontecimento¹. “Quando ela foi embora, não ficou pedra sobre pedra”.

Após esse período a TV Globo começa a fazer enquetes. Os jornais, revistas, televisão começam a publicar textos e entrevistas sobre os temas que envolviam as mulheres. De acordo com Méndez (2007), “tanto o pensamento intelectual feminista quanto sua expressão como movimento social encontraram na imprensa um espaço cativo para expressar seus ideais”. Porém, esse contato “foi interposto por relações de poder nas quais é possível observar fluxos de reciprocidades, afastamentos, dominações e resistências” (MÉNDEZ, 2007, p. 275).

Os movimentos feministas discutiam e divulgavam suas ideias sobre a condição de opressão da mulher, o papel desempenhado por cada sexo na

¹ “Quando Betty Friedan chegou, as coisas explodiram. Os jornalistas subiam em árvores em frente à casa onde ela estava hospedada, na Barra da Tijuca. Nunca me passara pela cabeça que aquilo pudesse ser tão frenético. Nos três dias em que ela apresentou o livro à mídia, eu tinha a impressão de que ia morrer. Eram os tempos mais duros da ditadura. Por mais que eu a avisasse de

que as coisas que dissesse comprometeriam a mim e não a ela, ela dizia sempre que podia dizer o que quisesse porque era uma cidadã americana livre. E eu que me danasse...” (MURARO, 2017 apud BRITO, 2017, s/p).

sociedade e esse debate começa a criar um clima de rivalidade entre os conservadores, sobretudo os ligados aos setores conservadores da Igreja Católica e do Estado. O debate vai ganhando espaço dentro da sociedade, sobretudo vai se formando um feminismo a partir das mídias. “Destá forma, o movimento feminista começou no Brasil pelas mídias. Foi o único país do mundo em que isso aconteceu” (MURARO, 1985, p. 09).

Outro ponto alto do debate público sobre a condição da mulher se deu durante o período de tramitação da Lei do Divórcio no Brasil, no ano de 1977. Os jornais estampavam em letras grafais a preocupação com a família, a moral e a condição da mulher divorciada. A televisão se torna o principal meio de divulgação de informação e por meio de novelas, telejornais, séries e programas variados ora aderem ao debate feminista, ora enquadram as mulheres em padrões estereotipados. Com o domínio da TV Globo, dois momentos de sua programação se tornam emblemáticos. Primeiro, no ano de 1979 lança a série *Malu Mulher*.

Malu por ser Mulher, naquela conjuntura, precisava assumir para si e tratar de tópicos centrais para as mulheres, não podendo, pois, eximir-se dessa responsabilidade. Assim, as falas da personagem abundam discursos de gênero, dispõem sobre uma necessária abertura do cenário social à participação da mulher (MOTA, SILVA, 2010, s/p).

O segundo ponto alto dos debates públicos sobre a condição da mulher e a relação entre homens e mulheres, na televisão, foi à introdução matinal do programa *TV Mulher*, que ocupava as manhãs com uma programação ambígua. Ao mesmo tempo pontuava discussões modernas sobre as

mulheres: aborto, sexualidade, papéis de gênero, defendia padrões homogêneos: beleza, dona de casa, maternidade, educação dos filhos, casamento, trabalho. O foco era sempre: como ser uma mulher moderna, trabalhadora, boa mãe e dona de casa.

Programa de destaque, ainda nos anos de 1989, foram os programas comandados por Hebe Camargo² que desde os anos de 1950 colocou no ar o primeiro programa feminino, *O Mundo é das Mulheres*, pela TV Tupi, passando para a TV Continental, Rede Record, Bandeirantes, SBT, Rede TV, sempre abordando temas polêmicos sobre diferentes enfoques.

Os grupos que comandavam, e que comandam ainda hoje, a televisão no Brasil igualmente eram e são proprietários de várias revistas e jornais que circulam pelo país. O interesse comercial da mídia se posiciona de forma paradoxal diante das discussões. Ao mesmo tempo em que discute questões pautadas no discurso feminista, apesar de não assumirem explicitamente, tratam as mulheres nas propagandas, no noticiário, nas novelas de forma a reforçar o seu papel tradicional estereotipado de boa esposa, boa mãe, dona-de-casa, sempre bonita, disposta a atender ao marido.

No contexto da idealização do *Jornal da Constituinte* o Brasil passava por um processo profundo de transformações que se agigantavam desde as grandes lutas operárias iniciadas em 1978, quando o governo militar fora colocado em xeque, intensificação dos movimentos pela redemocratização do país, o que exigia rever os pactos constitucionais, passando por debates polêmicos que envolvia a condição da mulher, seu papel social dentro da sociedade.

² Hebe Camargo é considerada por muitos estudiosos e críticos de TV, entre eles Miceli (1972), como um fenômeno de público, mídia e

longevidade no ar, Faria (2014), pontua ainda que ela se tornou em uma webcelebridade, com o advento da internet.

A representação da mulher e relação de gênero no *Jornal da Constituinte*

A mulher sempre teve papel secundário na sociedade brasileira. A ANC pretendeu ser um espaço em que a mulher se posicionasse e se efetivasse como sujeito de direito, como uma cidadã completa, integrada nos vários planos da vida nacional. Entretanto, as representações da mulher no JC, veículo de informação da ANC, apresentam um projeto de mulher que deveria compor a ordem das coisas, mas não a partir de como as mulheres se definem, mas do modo como a mulher deve ser e como deve contribuir para o bom andamento da sociedade brasileira.

A princípio começamos a apresentar os registros do presidente ACN, deputado Ulysses Guimarães, e como em seus escritos e falas registradas no jornal apresentam sua visão sobre a mulher.

Na primeira edição do jornal, segunda página, na Sessão denominada *Carta ao Leitor* o constituinte Ulysses Guimarães faz uma chamada para que todos participem dos debates, fiscalizem, deem sua opinião. Mas o texto, ao final, se remete a um gênero específico: aos homens. Para o deputado “Não se interessar pela Constituinte é não se interessar pela vida, sua, de sua mulher, de seus filhos”. A mesma fala é reforçada na 4ª edição em que o mesmo deputado afirma: “E sem a Democracia você não vale nada: não pode falar, não pode protestar, pode ser preso, torturado ou morto, sua mulher ou sua filha serem estupradas. E nada acontecer aos facínoras”. A mulher em questão é a mulher tutelada, protegida pelo homem, pai de família (grifos nossos). Em todas as falas do parlamentar registrada no JC chama a atenção para o fato de que o homem é o defensor da mulher, aquele que a protege e tutela, o homem é a mulher aparece como o OUTRO.

Na fala do presidente da constituinte, como em muitas falas dos constituintes e das constituintes, o termo mulher aparece sempre relacionado ao seu papel social tradicional: mãe, filha, esposa, dona de casa, dependente do homem, sensível, charmosa, etc. Na edição 38, publicada entre 07 e 13 de março de 1988, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a capa traz à imagem de um perfil de mulher grávida e dentro do perfil a representação das várias atividades profissionais desempenhadas pelas mulheres. É emblemático que em toda a extensão da cabeça da mulher tem a representação de uma mulher amamentando, estereotipando a função de geratriz e cuidadora. Em texto escrito por Ulysses Guimarães, situado a direita da imagem ele diz de forma paradoxal:

Dia da Mulher

Dia da Humanidade

O dia da Mulher é o Dia da Humanidade.

A mulher é a mãe da humanidade.

Os avanços no reconhecimento dos direitos da mulher coincidem com o progresso das respectivas nações. Mulher discriminada, nação atrasada. É o testemunho da História.

Quando, inclusive no Brasil, se cuidou de reconhecer o direito da mulher votar, foi um Deus-nos-acuda!

Os velhos do Restelo, guardas pretorianos do arcaico e superado que, se fossem ouvidos Cabral não descobriria o Brasil, puseram-se a rosnar: Absurdo! A mulher não tem independência! Vai votar conforme a ordem do marido. Aqui como no mundo, o voto feminino foi um sucesso. Maurício Duverger tem um livro clássico sobre o êxito. De fato. A mulher, porque acompanha mais de perto a família, influí muito no voto de seus membros.

Na eleição, é contra a demagogia.

É o voto social, que preserva a família.

É com euforia que vejo a ascensão da mulher também, na política. Só na Câmara dos Deputados compõe uma bancada: 26 integrantes. Permito-me nota pessoal nesta mensagem à mulher: minha mãe. Sem ela, sem seu sacrificado estoicismo, eu não iria do interior para São Paulo, formar-me na gloriosa Faculdade de Rui Barbosa, Castro Alves e Prudente de Moraes.

A canção famosa faz justiça bonita e singela: o homem sem mulher não vale nada!

Viva a mulher brasileira, minha irmã e mãe Pátria!

Esses paradoxos apresentados pelo presidente da ANC são constantes nas falas dos constituintes, registradas no JC. Na página 2 da edição 38, na sessão Carta ao leitor, o constituinte Marcelo Cordeiro, primeiro secretário da ANC, em texto intitulado *Fibra por fibra, o coração*, expõe que a ANC expandiram os direitos das mulheres: no trabalho, na casa, na política, na vida, conquistando um novo tratamento que valoriza a “condição feminina” reconhecendo sua igualdade com relação aos homens e sua diferença, porque as mulheres são diferentes dos homens, o que tem de diferente: “o que ela tem de novo e inusitado é que não se destina à tomada do poder estatal. Quer reformar as relações sociais”.

Esse discurso de meiguice, docilidade, possuidora de um sexto sentido, intuitiva que representa os estereótipos romantizados da mulher é, a um só tempo, reforçado e questionado por Maria Valdira no texto com nome *Houve um propósito em fazer algo tão doce*, em que afirma que as deputadas constituintes chegaram sem alarde, receberam o título de musas da Constituinte, de beleza da negritude, de elegantes e charmosas, mas que seus propósitos eram ser

“constituintes, representantes do povo que as elegeram, lutar, brigar e defender suas propostas, com seriedade e competência. Participar de um processo político que necessita urgentemente de renovação”. Mais a frente destaca que as constituintes representam menos de 5% do total da ACN, mas que essas deputadas têm mostrando presença com discrição e firmeza”. Termina o texto, dizendo:

Elas, não obstante, minoritárias, estão conseguindo conscientizar a sociedade sobre a maneira como se deve lutar pelo respeito à mulher. Não enfrentando os homens ou querendo diminuir-lhes o valor, mas sobretudo evidenciando sua capacidade como ser humano integral, ao mesmo tempo em que jamais tentam negar sua condição diferente, sob o ponto de vista biológico. [...]

E, se Deus fez a mulher mais doce, mais terna, mais bonita, com certeza ele teve um propósito nisso. Foi à interação da agressividade, da ousadia, da força física do homem (tão necessária também) com a doçura, a poesia, o afeto e a sensibilidade da mulher (VALDIRA, JC, 1988, ed. 38, p. 3).

Para a constituinte Anna Maria Rattes (1988, JC, nº 38, p. 11), o sucesso da bancada feminina se deve a “sua formação mais voltada para a integridade e para a honestidade de princípios”, porque os homens são mais egoístas, já as mulheres “tem um posicionamento frente à vida muito menos egoísta e muito mais voltado para o outro, até mesmo por causa da maternidade”.

Na sessão Mesa Redonda, da edição nº 17, a introdução dos debates com o nome *Mulheres*, coordenado pelo constituinte Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), o editor faz uma breve apresentação do perfil adotado pela bancada composta de 25 parlamentares e acrescenta ao final: “É a bancada das mulheres (ou femininas, como elas preferem) [...]”. Das quatro deputadas que participaram do debate

Anna Maria Rattes (PMDB-RJ) apresenta um perfil mais paradoxal e apresenta o seus argumentos utilizando o termo mulher para se referir a bancada formada pelas parlamentares: “a mulher se encontrou como bancada”, porém mais à frente do debate fala em “bancada feminina”. As outras deputadas referem na como “bancada feminina” e Wilma Maia afirma que “a questão da mulher é ideológica”.

Parece interessante destacar que o jornal apresenta uma posição bastante avessa ao termo “condição da mulher” ou “mulher” em sentido político como é discutida pelos movimentos feministas e de mulheres como uma condição socialmente construída, ligadas diretamente as atuações e disputas de poder. Preferem a utilização do termo “condição feminina” referindo-se à condição determinada pelo sexo biológico, como parte da natureza da mulher e não “mulher” como construção histórica. Talvez isso ocorra pelo caráter conservador da própria ACN.

O JC parece, ainda, negar a ação dos movimentos feministas durante o debate parlamentar de ANC. Apresenta sempre o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), órgão estatal, criado em 1985, ligado ao Ministério da Justiça, como a porta voz dos movimentos feministas. Não há, de acordo, com o jornal um canal direto de participação dos movimentos feministas. Na edição nº 2, na sessão *Pressão da Sociedade*, deixa claro como deve ser a participação desses movimentos na ACN:

Como porta-voz dos vários movimentos feministas do País, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promete continuar sua luta, participando das discussões e resoluções da Constituinte, mantendo contato com os grupos de mulheres e estimulando a sua mobilização para que pressionem, também, os parlamentares de seus respectivos Estados (JC, n. 2, 1987, p. 7).

Interessante notar, que em um período em que os movimentos feministas e os temas debatidos por eles estão em plena circulação pela sociedade, no JC tanto a participação das feministas, quanto os debates propostos por eles, são sempre sutilmente abordados ou rechaçados enquanto tal. Na edição nº 39 em um texto de nome *A hora e a vez das mulheres*, o texto introdutório faz menção a sessão comemorativa do Dia das Mulheres de 1988 e expõe: “Mas não foi o que se poderia chamar de uma sessão feminista: dezenas de deputados também discursaram, se solidarizando com a luta da mulher em todo o mundo e homenageando as colegas”. A fala deixa clara a posição do jornal ao compreender que as lutas dos movimentos feministas é “coisa de mulher” e não de homens.

Mesmo a bancada das mulheres nega-se a situar o seu discurso e a sua atuação a partir das propostas ou do pensamento feminista. Isso fica claro quando se trata da pauta feminista mais polêmica nos debates apresentados pelo jornal: o aborto. A CNDM coloca o tema no debate parlamentar como uma questão de saúde pública. A maioria dos constituintes, homens e mulheres, se apresentam contrários, rendendo-se ao *lobby* da Igreja Católica e da bancada evangélica, que possui forte atuação na Constituinte e se posiciona diante do tema a partir de uma concepção moral e religiosa. Quando questionado sobre o tema aborto, na Sessão Debate, o deputado João de Deus afirma:

Tomamos como regra a Bíblia Sagrada [...] Hoje estamos vendo muita facilidade, há muitos movimentos chamados feministas que procuram uma liberdade, dizendo que há um direito sobre o seu ventre, mas sempre procuramos defender a vida indo até as ultimas conseqüências e devo dizer que se minha mãe tivesse trancado na concepção esta vida que Deus me deu; eu hoje não estaria aqui procurando defender milhões de

inocentes que estão para nascer, estão no ventre de uma mãe, numa redoma, num lugar tão sagrado, que Deus criou e que os homens e mulheres desamorosos, ímpios, desumanos estraçalham, matam e lançam na lata do lixo (DEUS, JC, n.18, 1988, p. 12).

A mulher sujeito de direito a que se refere, a todo tempo o jornal, é a mulher trabalhadora, mãe, esposa, dona de casa. Em nenhum discurso registrado no JC o presidente da ACN se refere a mulher como um sujeito de direito independente de um homem. Na última edição, o jornalista da JC, Roberto Stuckert escreve um texto em que Ulysses Guimarães comemora a entrega da Constituição ao povo e reescreve a seguinte fala do deputado: “Muda Brasil! [...] ele falou do país que começa com a nova Carta e deixou uma série de advertências, entre elas a de que “a moral é o cerne da pátria”. “estatuto do Homem, da Liberdade, da Democracia” (homem com letra maiúscula mesmo). A Constituição que se entrega, no entender do presidente da ANC é o “Estatuto do Homem” sexo masculino, uma vez que o mesmo está alinhado com as bancadas mais conservadoras e se rende ao discurso do *lobby* dessas bancadas, quais sejam: bancada ruralista, bancada religiosa que são as que mais combatem os poucos avanços sociais alcançado pelas mulheres.

Considerações Finais

As falas do presidente da ACN dão o tom de como os debates sobre a mulher são construídos no jornal. Importante reforçar que apesar de o jornal se declarar a favor de que todos participem e deem sua opinião as ideias que se mantêm nos discursos sobre a mulher são de cunho conservador, machista e que reforçam a mulher como sujeito de direito dentro do seu papel tradicional de mãe, esposa, filha,

dona-de-casa ou de profissionais ligadas as atividades doméstica. A mulher independente, solteira, sem filhos não foi citada nenhuma vez.

Reforça essa ideia a atenção que o JC dá, na maior parte de suas edições, a questões como: a conquista da ampliação da licença maternidade de 90 para 120 dias, atenção básica de saúde para a mulher em idade reprodutiva, planejamento familiar, a aposentaria para donas de casa, direitos para as empregadas domésticas, aposentadoria diferenciada de 25 anos para as mulheres e 30 para os homens justificada pela jornada dupla de trabalho como dona de casa, o reconhecimento dos filhos ilegítimos, ampliação do atendimento em creches, reconhecimento da união estável como um ganho para a mulher.

A mulher como construção histórica, autônoma, independente, inserida na disputa pelo poder, com ampla participação na sociedade só é representada quando relacionada ao processo produtivo e sempre com uma justificativa relacionada a discursos morais e em defesa da família.

A maioria das reportagens, dos debates e das imagens vinculadas sobre a mulher está relacionada à licença maternidade, a possibilidade de presidiárias poderem amamentar e o direito a creches. Esses debates aparecem não como um benefício para a mulher, mas sim em função da criança, do bem estar da família.

Por fim, o JC, apesar de querer ser um veículo alternativo, que fornece dados e informações, ao debate social sobre os temas, no que diz respeito a mulher e toda problemática que envolve sua existência não foge da linha editorial propostas pelos meios de comunicação comercial. Os temas e os argumentos são repetitivos, as imagens veiculadas das mulheres, senadoras ou não, quase está sempre envoltas em temas relacionadas a questões femininas. Poucas vezes são apresentadas ou relacionadas as questões

nacionais mais abrangentes.

Referências

BRITO, [Leila](#). Sobre o Alvorço da Visita de Betty Friedan ao Brasil. **Chá com Letras**, março 7, 2017. Disponível em: <http://www.chacomletras.com.br/2017/03/sobre-o-alvoroco-da-visita-de-betty-friedan-ao-brasil/>. Acesso em 20 de set. 2017.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de. **WEBCELEBRIDADES: Indivíduo, cultura, criatividade e política econômica digital**. 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401846035_ARQUIVO_RBA2014.pdf. Acesso em 16 set 2017.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo. **MÉTIS:**

história & cultura – v. 6, n. 12, p. 269-288, jul./dez. 2007.

MICELI, S. 1972. A noite da madrinha. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, Manoel; SILVA, Geovani. Caminhos cruzados no front da história: das imbricações entre o seriado Malu Mulher e o Movimento Feminista do Brasil. **O Olho da História**, n. 15, Salvador, dezembro de 2010. s/p Disponível em: <http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/manoel.pdf>. Acesso em 21 set 2017.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade, libertação e fé**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).